



GT 76. Risco, patrimônio e cidadania.

Coordenador(es):

Manuel Ferreira Lima Filho (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Edmundo Marcelo Mendes Pereira (MN/UFRJ)

Risco, patrimônio e cidadania. Manuel Lima Filho (MA/UFG); Edmundo Pereira (MN/UFRJ). A produção e gestão do risco vêm crescendo como fenômeno e chave analítico-investigativa, articulando campos disciplinares científicos, técnicos e jurídico-administrativos. Diversas áreas têm salientado como o conceito condensa agendas ambientais, tecnológicas, humanitárias e patrimoniais como “sociedades de risco”. As reflexões se concentram nas condições sociais e históricas de produção diferencial da vulnerabilidade, ou de “culturas do risco”. Etnografias de situações de risco, de eventos críticos catastróficos, de operações de resgate e processos de reorganização social pós-desastre têm imbricado economias políticas de distribuição da vulnerabilidade. Agentes do desastre - ‘curtos-circuitos’, ‘sirenes desligadas’, ‘hidrantes sem água’, ‘falhas humanas’, ‘quebras de protocolo’ - configuram pontos culminantes de processos de produção do risco. O GT objetiva reunir etnografias de situações de risco, de desastres, de processos de resgate e (re)construção patrimonial de instituições museais, bibliotecas, centros culturais, acervos históricos, artísticos e científicos, entretecendo dimensões pessoais, comunitárias e institucionais e reunir investimentos no mapeamento da diversidade definitiva da noção de risco, das narrativas e idiomas do desastre como expressões de cidadanias culturais e patrimoniais, dos debates sobre reconstrução e tombamento de ruínas e coleções desaparecidas

Quando a materialidade bate à porta: a salvaguarda dos patrimônios imateriais em situações de potenciais ?impactos culturais?

Autoria: Guilherme Eugênio Moreira (UFF - Universidade Federal Fluminense), Ana Paula Lessa Belone

O work pretende explorar interseções entre as políticas públicas de patrimônio cultural e licenciamento ambiental a partir de situações experimentadas pelas pesquisadoras como analistas de patrimônio imaterial no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha). Desde 2014, técnicos/as do Iepha são responsáveis por avaliar ?estudos de impacto cultural? elaborados por consultores para empreendimentos em processos de obtenção ou renovação de licenças ambientais. Os registros das Folias de Minas (2017) e dos Saberes, Linguagens e Expressões Musicais da Viola (2018) como patrimônios culturais do estado identificaram, através de um cadastro virtual, mais de 1800 folias e 1600 tocadores/as e fazedores de viola distribuídos por todo o território mineiro e expandiram exponencialmente as probabilidades de áreas impactadas por empreendimentos estarem sobrepostas a patrimônios. Diante de um cenário atravessado por rompimentos de barragens de rejeitos de mineração e flexibilizações da legislação ambiental, a equipe da Gerência de Patrimônio Imaterial deparou-se com o seguinte questionamento: como mensurar os potenciais impactos de um empreendimento aos patrimônios culturais? Nesse processo reflexivo, as limitações dos cadastros foram sendo cada vez mais expostas à medida que os estudos de impacto cultural exigiam informações que não estavam à disposição da equipe, mesmo com a reunião de um volumoso banco de dados. Ao mesmo tempo, reverberaram e ganharam vida própria na forma de dados espaciais e shapes compartilhados por outros setores e as reflexões das técnicas da Gerência não impediram a fixação de certas informações em detrimento de outras, na produção de verdades excludentes. Quando a materialidade bateu à porta, desdobraram-se fragilidades de uma sequência de processos de registro que se reservaram ao estudo sobre as imaterialidades, sem necessariamente abranger as dinâmicas territoriais. Em meio a negociações entre agentes mais poderosos que extrapolavam seu poder de decisão, restou às técnicas do



patrimônio imaterial manterem-se alinhadas aos seus posicionamentos políticos e pensar em como formalizar processos que atenuassem os impactos sobre foliões e violeiros/as na elaboração de termos de referência e planos emergenciais para barragens.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: